



Os usuários do Centro de Atenção Psicossocial II (CAPS) e do Centro de Convivência (CECO) de Franco da Rocha participaram na última sexta-feira (11), do 14º Torneio de Futebol InterCaps, que ocorreu na Lagoa do Taquaral, em Campinas, interior de São Paulo.

Esse é um campeonato realizado todos os anos e reúne mais de 30 times dos CAPS da grande São Paulo e da região de Campinas. O evento ocorre em comemoração ao Dia da Luta Antimanicomial, celebrado em 18 de maio, e tornou-se hoje o maior torneio de futebol de saúde mental do Brasil.

A primeira partida disputada pelo time de Franco da Rocha foi contra o time da cidade de Itu e os adversários ituanos venceram por 1 a 0. Em seguida a equipe franco-rochense venceu o time de Mairiporã por 2 a 0 e, logo depois, emplacou o mesmo resultado contra os adversários da cidade de Bebedouro.

O time de Franco se classificou para a semifinal contra o CAPS Sul de Campinas e foi eliminado da competição por 1 a 0.



Segundo a gestora da unidade, Ana Paula Batagin Andreto, a participação dos usuários da cidade representa uma união de forças entre CAPS e o CECO. "É um dia muito alegre, onde se comemora principalmente a integração, a alegria da vida e da saúde em liberdade, a despeito de qualquer sofrimento mental", destacou a gestora.

Saiba mais sobre esse dia

O Dia da Luta Antimanicomial foi criado em 1987 durante o II Congresso de Trabalhadores de Serviços de Saúde Mental, realizado na cidade de Bauru, interior de São Paulo. Com o lema "Por uma sociedade sem manicômios", o grupo propunha uma reforma no sistema psiquiátrico brasileiro.

Os profissionais lutavam pelo fim dos manicômios e denunciavam as graves violações aos direitos da pessoa com transtornos mentais, propondo uma mudança no modelo de tratamento em saúde mental no Brasil para garantir a cidadania dos pacientes e de suas famílias, por meio de tratamentos alternativos e mais humanizados.

O Movimento da Reforma Psiquiátrica resultou na aprovação da Lei 10.216 de 6 de abril de 2001, que trata da proteção dos direitos da pessoa com transtornos mentais e redireciona o modelo de assistência destinado a elas. A lei representou um marco na história da psiquiatria nacional e estabeleceu a responsabilidade do Estado no desenvolvimento das políticas de saúde mental no Brasil, determinando a abertura de novos serviços comunitários e a participação das famílias em sua implementação.

(Texto: Luana Nascimento - Foto: Equipe Caps)